

FILHO, Alcides Goulart (Org.).  
*Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. 400p.

Juliana Vamerlati Santos\*

Este livro é resultado do Grupo de Pesquisa *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina* da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Este grupo foi formado por professores e alunos, no ano de 2000, com o objetivo de estudar as diversas temáticas ligadas à atividade carbonífera, visto que o tema é comum ao grupo, pois todos já tinham pesquisado e escrito sobre o assunto em artigos, monografias e dissertações, como também todos que fazem parte do grupo possuem parte de suas histórias de vida relacionadas com o carvão. O propósito do grupo continua sendo o de discutir criticamente a cultura, a história e a economia do carvão em Santa Catarina, em contraponto a história e a economia oficiais.

Assim, o livro foi escrito por vários autores e dessa forma organizado em quatro capítulos, que por sua vez possuem diversos subcapítulos, que não seguem uma linearidade, são textos independentes no que tange à compreensão do tema proposto. O primeiro capítulo *Cultura, Modernidade e Trabalho* congrega um conjunto de textos relacionados ao processo de formação histórica e cultural da região que se desenvolveu em torno da economia do carvão. Destaca-se neste capítulo a parte que trata da formação da identidade social do trabalhador mineiro, onde a necessidade de ter que trabalhar no “subterrâneo das trevas” para prover a sobrevivência individual e familiar fez surgir a imagem do trabalhador “heróico”. Outro ponto é quando um texto discute que na história da memória e da cultura do carvão percebe-se a existência de dois discursos opostos. O *discurso do progresso* que era usado para justificar a necessidade de conquistar a soberania nacional por meio da exploração do “ouro negro”, produto mineral considerado fundamental para a consolidação da indústria base do país e o *discurso da crise* que era acionado principalmente para acusar o descaso das autoridades governamentais em relação à inexistência de uma política nacional sólida de incentivo à atividade carbonífera brasileira.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, destaca-se o texto em que o autor discute as relações de trabalho nas atividades carboníferas no sul de Santa Catarina, no período de 1918 a 1929, a partir de um estudo feito nas folhas de pagamentos da Companhia Carbonífera Urussanga. Constatou-se que foi a partir dos anos 20 que iniciou na região de Criciúma a transformação da figura do colono em mineiro, ou seja, o colono mineiro é o pequeno agricultor que abandona ou vende sua propriedade para as companhias carboníferas e começa a trabalhar nas minas. Outros aspectos constatados foram: que a formação da mão-de-obra mineira em Santa Catarina está ligada à rápida expansão que as atividades carboníferas tiveram no imediato pós-guerra; que nesta formação há uma forte presença luso-brasileira e de imigrantes italianos e alemães; que havia alta rotatividade dos trabalhadores mineiros na empresa; que boa parte do salário dos mineiros era descontada com armazém, aluguel e médico e de que muitas atividades exercidas pelos trabalhadores atualmente não existem mais devido ao constante processo de mecanização.

O último texto do primeiro capítulo é interessante também citar porque trata do movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos de 1950 e 1960.<sup>1</sup> Segundo o autor a atividade mineira é uma das mais degradantes no que se refere às péssimas condições de trabalho. E nas décadas de 50 e 60 as condições de vida e trabalho dos mineiros na região sul se aproximavam daquelas dos mineiros franceses no final do século XIX, relatadas no “*Germinal*”, obra de Émile Zola. Ou seja, eram homens, mulheres e crianças que trabalhavam expostos ao perigo constante, sem equipamentos de segurança, sem as devidas proteções nas galerias de onde era extraído o carvão, sendo diretamente expostos a ambientes insalubres. Assim, essas péssimas condições de trabalho associadas aos baixos salários fizeram das cidades do carvão a região onde mais surgiam greves combativas no sul do país. E dessa

forma o autor organizou e comentou uma cronologia de greves dos mineiros ocorridas na região entre 1951 e 1968.

No segundo capítulo *Vida Cotidiana nas Vilas Operárias* é o espaço em que se descrevem analiticamente as condições de vida da família mineira, a moradia, a alimentação, a recreação e o problema da mortalidade infantil. A emergência das atividades carboníferas na região modificou a paisagem, as relações de trabalho, as relações sociais e contribuiu para a construção de uma cultura em torno da mineração e, de acordo com os autores do primeiro texto deste capítulo, pode-se inferir que com relação à vida familiar esta atividade econômica proporcionou transformações na organização doméstica e na configuração do espaço da moradia<sup>2</sup>.

O último texto do segundo capítulo trata sobre a mortalidade infantil em Criciúma no período de 1940 a 1960. A autora coloca que em Criciúma, que ficou conhecida como a capital nacional do carvão, a mortalidade infantil contrastava com o discurso do progresso do “ouro negro”. Por isso, segundo Barchinski, “edificou-se uma estrutura de assistência médica curativa e preventiva, instituída por meio do Estado, da indústria carbonífera e de outras instituições. Ao longo de décadas essas medidas se caracterizaram como um *processo civilizador* que modificou antigas tradições, hábitos e costumes da população, especialmente no caso das famílias trabalhadoras das minas de carvão.”<sup>3</sup> O que denunciava a má qualidade de vida da população e a deplorável situação em que esta vivia era o alto índice da mortalidade infantil, um problema da cidade, como também um problema de âmbito nacional.

No terceiro capítulo *Complexo Carbonífero Catarinense* os autores procuram explicar e analisar em seus textos a formação das unidades industriais do complexo que ainda estão em funcionamento (termoelétrica), as que fecharam (carboquímica) e os projetos que nunca foram executados (siderurgia), além do processo de privatização da Carbonífera Próspera, subsidiária da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

Em relação a temática deste capítulo vale registrar que o carvão catarinense é o único carvão brasileiro coqueificável, ou seja, com características para produzir o coque metalúrgico, portanto, fica claro o motivo pelo qual ele se tornou tão dependente da indústria do aço nos anos da industrialização pesada. Referente a este terceiro capítulo, outro texto importante a ser destacado é o que traz uma cronologia comentada dos momentos mais significativos que fizeram parte do movimento operário mineiro que resistiu à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN em Criciúma e que, segundo a autora, foi o mais longo movimento operário da história do Brasil<sup>4</sup>. A CSN se instalou na zona carbonífera de Santa Catarina no distrito de Beluno, hoje Siderópolis, para exploração própria do carvão metalúrgico e no distrito de Capivari, em Tubarão, onde construiu um lavador de carvão. O fechamento da CSN foi anunciado em maio de 1990, desencadeando um movimento contra a privatização que perdurou até dezembro de 1991, demitindo cerca de 1.900 empregados.

No quarto e último capítulo *Espaço e Urbanização* aborda-se brevemente o impacto da indústria carbonífera na formação de uma nova organização espacial e urbanização da região, mais especificamente sobre a relação entre a Ferrovia Dona Tereza Cristina e o carvão, agricultura e mineração, mineração e crescimento urbano e as marcas do progresso deixadas pela CSN em Siderópolis.

Esta compilação que resultou na organização deste livro por Alcides Goulart Filho, que é também um dos autores, é passível de críticas assim como qualquer outra obra. Fica evidente no decorrer de todo o livro que a temática do carvão está direcionada para o aspecto econômico, político, social e cultural. Não se trata de uma discussão cronológica do assunto, pois a intenção não foi de se fazer uma história linear desde a descoberta do carvão em Santa Catarina até os dias de hoje. São vários textos tratando de vários assuntos, sobretudo no que se refere ao universo social que envolve a cultura do carvão. Porém fica ausente o aspecto ambiental, onde em nenhum dos diversos subcapítulos que compõem o livro há uma discussão sobre os aspectos sócio-ambientais<sup>5</sup> que resultam da atividade carbonífera. O que há são brevíssimas colocações, em alguns textos, de que a mineração do carvão é ambientalmente degradante.

Surge então o questionamento: as conseqüências sócio-ambientais, visivelmente conhecidas como a poluição das águas, do solo, do ar e a degradação da flora e fauna, não fazem parte também da história e cultura do carvão em Santa Catarina? Essa lacuna está presente também nos outros trabalhos historiográficos que tratam do tema carvão, diferentemente quando a bibliografia referente a este tema é da área da geografia, engenharia, sociologia, entre outras, que problematizam a questão ambiental do carvão em seus estudos. E há uma ampla literatura que trabalha a questão ambiental em relação ao carvão em Santa Catarina, de modo que na historiografia precisa ser iniciado o debate.

O livro pretendeu ser um amplo estudo nas diversas temáticas que envolvem o carvão, em função da existência do grupo de pesquisa e de grande parte dos textos já estarem estruturados. E como todos os autores vivenciaram e ainda vivenciam a “cultura do carvão” por morarem na região, isso não significa que eles mostrem em suas pesquisas também uma outra faceta que a história do carvão em Santa Catarina revela. Ou seja, que diante de todo este “progresso” que especialmente Criciúma levou em função da mineração, tanto que já foi denominada de “capital brasileira do carvão”, em contrapartida resultou que a região sul catarinense é considerada desde 1980, de acordo com o Decreto Federal nº 85.206, uma das 14 Áreas Críticas Nacional em decorrência do impacto ambiental provocado pela exploração, beneficiamentos e usos do carvão mineral. Até mesmo em relação a pneumoconiose, a doença pulmonar que muitos trabalhadores mineiros adquiriram e foram vítimas, não foi tratado no livro. Assim, a discussão também destas questões tornaria a obra, ao meu ver, mais completa no sentido de abarcar todas as questões que o tema da mineração do carvão envolve.

Uma outra observação, porém de conotação metodológica, se refere ao fato de que o conjunto da obra careceu de uma atenta revisão para observar que, se encontram muitas vezes, repetições de pensamentos e argumentos entre os textos de um mesmo capítulo, o que torna a leitura por vezes cansativa. Mas de uma forma geral é uma obra relevante dentro dos estudos sobre mineração do carvão e que se torna acessível ao grande público e não somente aos pesquisadores da área, pois possui e mantém em todo o decorrer da narrativa uma linguagem clara, mesmo em se tratando de um livro escrito por diferentes autores. Outro mérito é que são textos que mostram, em cada um deles, o grande número e diversidade de fontes pesquisadas, o que credibiliza ainda mais o papel destes professores e acadêmicos que se propuseram a escrever sobre a Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina.

#### Notas

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

<sup>1</sup> Importante registrar que os primeiros indícios de um movimento operário na região sul de Santa Catarina ocorreram ainda no século XIX, no ano de 1891.

<sup>2</sup> *Idem*, p.99.

<sup>3</sup> *Idem*, p.149-150.

<sup>4</sup> *Idem*, p.293.

<sup>5</sup> Visto que ambiental e social estão intimamente interligados